

SEM: 95-2 SEQ: 1 Local:
AUT: COELHO, ADRIANO KOWALSKI
TIT: ECOTURISMO - UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO EM

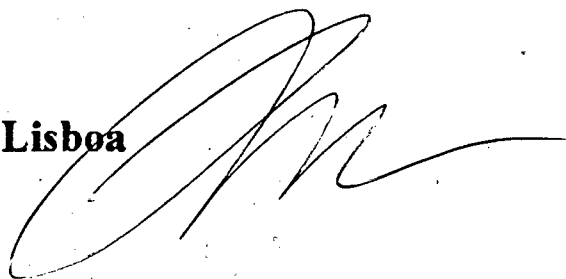
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

“ECOTURISMO - UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO EM SANTA CATARINA”

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Adriano Kowalski Coelho

Orientador: Prof. Armando Lisboa

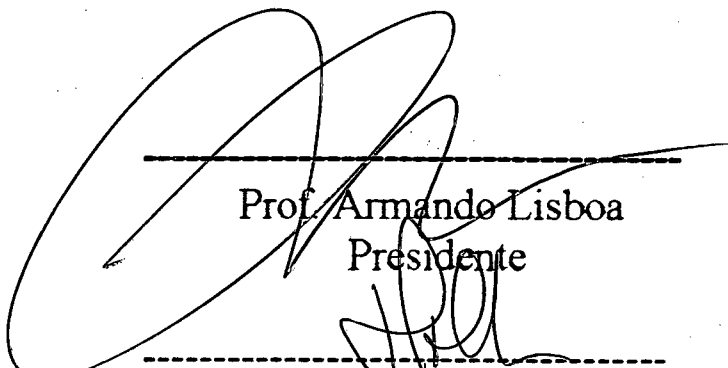


Florianópolis, novembro de 1995.

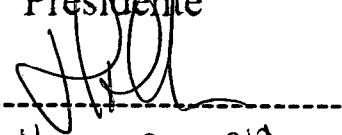
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca Examinadora resolveu atribuir a nota ^{7,0}..... ao aluno Adriano Kowalski Coelho na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Armande Lisboa
Presidente



Prof. HELTON R. MOURA
Membro

Prof.
Membro

Dedicatória

Dedico esse trabalho à minha mãe, meu pai , meus irmãos e a todos meus amigos do Curso Superior de Turismo e do Curso de Ciências Econômicas, os quais sempre me apoiaram com muito companheirismo e amizade.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Armando pela atenção, colaboração e preocupação na realização deste trabalho.

À minha mãe e ao meu pai, a todos meus amigos e colegas das faculdades de turismo e economia.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção deste trabalho.

Resumo

O crescimento da atividade turística em todo mundo, vem se destacando e demonstrando uma alternativa entre outras possíveis, no contexto do desenvolvimento econômico e bem-estar social de suas populações.

O Ecoturismo em especial surge como alternativa para desenvolvimento de regiões periféricas e subdesenvolvidas, ao ser capaz de combinar a valorização cultural das localidades visitadas e a conservação de seus recursos naturais.

No Brasil , apenas agora o Ecoturismo desponta e se apresenta com amplas perspectivas diante do imenso potencial de aproveitamento sustentado do patrimônio natural ainda existente.

Com isso, por mais promissor que pareça ser, e o é, o Ecoturismo deve ser tomado como uma das diretrizes para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, e para a solução dos graves problemas sócio-econômicos e ambientais que persistem e se agravam com o tempo.

Sumário

<i>Capítulo 1</i>	8
1 Introdução	9
1.1 Problema	9
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Metodologia	15
<i>Capítulo 2</i>	16
2 A Contribuição do Turismo à Proteção do Meio Ambiente	17
<i>Capítulo 3</i>	21
3 Ecoturismo	22
3.1 Ecoturismo e o Turismo Tradicional	24
3.2 Aumento dos Locais de Áreas de Proteção e das Comunidades Locais	27
3.3 Criação de Novos Empregos Para os Residentes Locais	28
3.4 Os Envolvidos no Planejamento e Gerenciamento do Ecoturismo	29
3.4.1 Governo	31
3.4.2 Pessoal de Proteção de Área	32

3.4.3 Comunidades Locais	33
3.4.4 Indústria do Turismo	34
3.4.5 Organizações Não-governamentais	35
3.4.6 Instituições Financeiras	36
3.4.7 Consumidores	36
<i>Capítulo 4</i>	37
4 Potencial de Santa Catarina para o Ecoturismo	38
4.1 Perfil do Estado Catarinense	38
4.2 Divisão das Regiões Turísticas Catarinense	42
4.3 Potencial de Atração Ecológico	46
4.4 Fundação do Meio Ambiente - FATMA	50
<i>Capítulo 5</i>	51
5 Conclusão	52
Referências Bibliográficas	54
Anexos	57
Fixa de Avaliação	

Capítulo 1

1 Introdução

1.1 Problema

O turismo é o maior prestador de serviços do mundo. É uma “indústria mãe”, proporcionando receitas importantes a setores da economia e a eles ligados direta e indiretamente. É uma atividade econômica geradora de renda, de divisas e de empregos.

O rápido crescimento do turismo como atividade comercial organizada e explorada em bases empresariais e, como fator econômico e social é um fenômeno recente (o início das viagens de turismo por via aérea deu-se em 1910), nascido nos países mais desenvolvidos, sobretudo entre a população urbana.

A indústria do turismo é na atualidade a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta anualmente cerca de US\$ 3,5 trilhões e apenas na última década expandiu suas atividades em 57%.

Em 1994, a indústria brasileira de viagens e turismo empregou um em cada onze trabalhadores direta ou indiretamente, representando quase 6 milhões de pessoas. É considerada uma das maiores geradoras de empregos no país. Sua contribuição ao PIB tem se mantido estável os 7,7% e 8,0% nos últimos sete anos (fonte: Ministério da Ind. Com. e Turismo, World Travel e Tourism Council).

A atividade turística surge como alternativa econômica mais interessante para o uso dos recursos naturais, desde que devidamente planejada e controlada.

Os países passam a se preocupar mais com seus atrativos naturais e de conseguir um desenvolvimento harmonioso evitando sua degradação e trazendo benefícios econômicos para as populações locais. //

O final dos anos 80 caracterizou-se por uma preocupação ambientalista por parte da sociedade, gerando grandes debates nacionais e internacionais sobre o uso econômico dos recursos naturais, poluição ambiental, esgotamento e até extinção de paisagens naturais, reservas florestais, espécies vegetais e animais. Esse tema tornou-se a preocupação maior de empresários, governos e cidadãos, face a necessidade de preservar a qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Tais fatos influenciaram e redirecionam as ações da vida social e econômica levando os indivíduos a reverem suas motivações e anseios.

Essas tendências apontam para o retorno a estilos de vida mais próximos da natureza e do meio ambiente, indicando que o uso de férias ou livres serão dedicados a atividades diferentes do cotidiano, principalmente para destinos que proporcionem a satisfação desses desejos, levando a crer que o Ecoturismo será uma das modalidades mais atraentes para as pessoas. Se o desejo do turista é praticar atividades na natureza, porque sente prazer num encontro estreito com os recursos naturais, temos Ecoturismo.

Podemos dizer que o Ecoturismo abrange uma gama muito vasta de turistas, que engloba desde o turista clássico, que também sente vontade de ter um contato com a natureza e que completa a viagem de turismo convencional com uma excursão ou passeio ecoturístico, até o cientista altamente especializado, que se desloca a lugares longínquos, se necessário,

por exemplo, para observar uma determinada espécie de pássaro em extinção.

O que vem acontecendo é que o Ecoturismo está na moda, vende bem e a palavra “eco” tem apelo mercadológico muito forte.

Existe, no entanto, um norteamento comum, nos diferentes tipos de ecoturistas, no exercício da atividade, a vontade de um contato estreito com a natureza, respeitando-a.

O Ecoturismo vem se destacando e demonstrando um grande potencial de crescimento da atividade turística. Surge como alternativa para o desenvolvimento de regiões periféricas e subdesenvolvidas, constituindo numa importante atividade para as economias locais, conservando a cultura, valorizando as tradições e havendo uma exploração racional dos recursos naturais existentes necessários para o progresso econômico e o bem-estar social de suas populações residentes.

A organização dos Estados Americanos - OEA, no “Estudo da Demanda Turística para a Região Amazônica”, afirma:

“O Ecoturismo não se apoia somente em atividades orientadas para a natureza, mas é também o precursor de uma filosofia que busca obter objetivos sociais, além dos individuais (porém inclui). Se identifica como um modelo de desenvolvimento dentro do qual as áreas naturais são planejadas como integrantes da atração turística de uma região ou país e relaciona, diretamente, os recursos biológicos com setores econômicos e sociais.”

Pode assim afirmar-se que o Ecoturismo será a oportunidade de atender às necessidades dos turistas, gerando benefícios econômicos e

sociais, através de um segmento de turismo orientado para a natureza, auto-sustentável e conservacionista.

A Comissão Técnica EMBRATUR/IBAMA, de Ecoturismo, formulou, em 1991, o seguinte conceito sobre o que deve ser entendido como Ecoturismo, no Brasil:

“Ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.”

No Brasil, o ecoturismo se apresenta com amplas perspectivas diante o imenso potencial de aproveitamento sustentado do patrimônio natural ainda existente. Com seus variados ecossistemas, possuidor de ricas e inigualáveis fauna e flora, dotado de belezas naturais únicas a nível mundial, urge preparar-se, de imediato, para atender a fatia de mercado expressiva, de turistas da natureza que já se faz presente e espera-se venha crescer a taxas bem mais elevadas que as do turismo convencional.

Embora não haja estatísticas sobre a dimensão do mercado do ecoturismo, existem estimativas, de organizações internacionais, de que as viagens orientadas para a natureza representam 10% das viagens dos americanos e europeus.

Também grandes operadoras internacionais estimam que 4 a 6 milhões de americanos fazem turismo da natureza fora da América do Norte.

Por outro lado, segundo as mesmas fontes, as receitas geradas pelos turistas da natureza provenientes dos países industrializados são aproximadamente US\$ 2 bilhões.

Embora apenas existam estimativas, a magnitude dos valores apresentados, mostra a importância do turismo da natureza.

Existe um consenso entre as operadoras especializadas de que o turismo da natureza está em franco crescimento, existindo estimativas de que esse turismo está crescendo em torno de 20% ao ano.

Podemos dizer que o ecoturismo no Brasil ainda está começando, se compararmos a vastidão dos atrativos ecológicos brasileiros, com o número de meios de hospedagem, ambientais e ecológicos existentes e com os roteiros ecológicos oferecidos, em território nacional, pelas operadoras, que não são numerosos.

Em Santa Catarina, apresenta-se um excelente potencial turístico. Seus 260 municípios de grande beleza natural, suas 400 praias, o Planalto Serrano com suas fazendas, seus parques e reservas ecológicas, e um enorme patrimônio histórico-cultural, são exemplos de muitos atrativos que o estado oferece.

O ecoturismo em Santa Catarina já demonstra, num primeiro momento, como uma alternativa a mais, para o desenvolvimento econômico do estado, e para a solução dos graves problemas sócio, econômicos e ambientais que persistem e se agravam com o tempo. Já se apresentam iniciativas particulares, empresariais e até comunitárias, em várias localidades da região litorânea e do Vale do Itajaí-Açu, bem como o turismo rural no Planalto Catarinense, considerado também como atividade de preservação ambiental.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer a indústria do turismo tradicional e mostrar as possibilidades de se aplicar um turismo alternativo, o Ecoturismo, visando a preservação e a proteção do meio ambiente, e gerando um novo incremento para a economia do estado de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar as características do Ecoturismo: princípios/idéia; como se situa frente ao turismo tradicional; histórico.

Fazer um levantamento de experiências de Ecoturismo no Brasil e possibilidades para implantação em Santa Catarina .

Mostrar o Ecoturismo como alternativa turística e como coadjuvante do desenvolvimento econômico.

Destacar oportunidades que o estado oferece para investimentos na indústria do Ecoturismo.

1.3 Metodologia

Este trabalho será realizado de acordo com pesquisas feitas pela Santur, trabalhos e reportagens jornalísticas, livros específicos da área do turismo, procurando-se estabelecer uma relação entre o que é turismo catarinense e o que poderia vir a ser, a partir de um planejamento adequado em que se repense o potencial turístico existente ainda não explorado.

Capítulo 2

2 A Contribuição do Turismo à Proteção do Meio Ambiente

Nos últimos tempos, a ação do homem sobre a natureza tem se desenvolvido de forma a buscar ações economicamente viáveis onde a preservação do meio ambiente esteja colocada em primeiro plano,

“era necessário estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental que agissem corretivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico.”(Hogan, D.J. & Vieira, P.F.; 1991;p.76)

A necessidade de um equilíbrio ecológico universal que envolva os elementos naturais de nosso planeta desperta uma preocupação generalizada, independente de raça, nação, faixa etária ou condição social, no sentido da manutenção, da sobrevivência, de diversas espécies que se encontram em risco de extinção, podendo estar incluída a própria humanidade.

A exploração exacerbada dos recursos naturais, sem o devido planejamento e controle, vem causando prejuízos a natureza onde observa-se em muitos casos a saturação dos recursos naturais provocando diversos problemas tanto de ordem ecológica, como econômica e social.

A conscientização de se preservar o que ainda é possível, ainda existente, conciliado com a busca de soluções aos problemas e determinados pelas condições existentes de exploração descontrolada da natureza, onde se acreditava que os recursos naturais por ela oferecidos seriam de ordem

inesgotável, e, constatando-se que existe um limite para as reservas de matérias-primas, portanto esgotáveis, e esgotados tais recursos haverá um comprometimento de todo ecossistema, gerando diversos problemas, sendo muitos considerados de ordem irreversível.

O turismo surge como um conciliador na busca conjunta de soluções entre as nações, com suas características principais de integrar povos, culturas, costumes, considerado uma força a serviço da paz mundial baseado na igualdade soberana e na cooperação entre todos os países.

Fazendo-se um apanhado mais específico quanto ao turismo sendo apontado como agente a serviço da preservação da natureza, podemos afirmar que o turismo:

“- Estimula a tomada de consciência pelas populações e as autoridades do valor do seu meio ambiente, e tem permitido valorizar regiões sem características atrativas ou mesmo em condições degradadas, recuperando-as em termos ambientais e econômicos, preservando a cultura local e aumentando a renda da população gerando novos empregos.

- Protege as populações locais contra os efeitos negativos de outras formas de utilização do território que poderiam ser prejudiciais ao meio ambiente.

- Determina as zonas que devem ser objeto de desenvolvimento turístico e , na maioria dos casos atua teórica e praticamente como um fator impeditivo ao crescimento irresponsável.

- Facilita a adoção de medidas relativas à proteção da paisagem do ponto de vista ecológico (reservas, parques, locais e zonas de interesse turístico).”(Relatório Nacional - ECO 92 - EMBRATUR).

Observa-se, então, o conceito de turismo, como uma atividade econômica de forma organizada e planejada em bases empresariais, visando a conservação dos costumes, da cultura, dos hábitos, enfim, do meio ambiente das comunidades residentes e de sua natureza, um modelo ideal à busca de soluções aos problemas sociais, econômicos e ambientais que o mundo atravessa.

Dentre as diversas categorias de turismo - turismo cultural, turismo religioso, turismo de lazer, entre outras - destacamos o turismo ecológico ou ecoturismo, por ser o que há de mais recente em exploração turística e considerado o produto mais limpo existente no mundo, ecologicamente correto, despertando, e tendo como objetivo básico a contribuição para a formação de uma consciência ecológica, uma educação ambiental correta, de maneira orientada e conservadora, inculcando o respeito pelo patrimônio ambiental.

“O turismo como uma atividade econômica sofre, também, inovações constantes, em face da competitividade dos mercados e das exigências da demanda.

Em vista disso, as empresas de turismo estão a caminho da especialização, deixando de ser generalistas, e passam a oferecer produtos segmentados, (...)

O Ecoturismo, em especial, configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação.”(Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA - EMBRATUR/IBAMA, 1994.)

O ecoturismo surge como uma grande força para o mercado turístico, oferecendo diferenciação à atividade turística, condizente com os anseios da nova ordem conservacionista mundial.

Capítulo 3

3 Ecoturismo

O *ecoturismo* é uma nova idéia que tem chamado a atenção de muitas pessoas. Responsáveis por áreas de preservação ecológica vem observando um aumento crescente no fluxo de visitantes aos parques e reservas, refletindo este “ecoturismo”, levantando questões sobre o manuseio destes visitantes. Residentes próximos a estas áreas de preservação, observando esta procura as referidas áreas, ainda não tem uma posição sobre seu envolvimento neste processo. Especialistas em desenvolvimento rural estão investigando o potencial econômico do ecoturismo. Sociólogos estudam a influência desta nova modalidade de turismo nas comunidades nativas destas regiões.

“... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”(Diretrizes, EMBRATUR, 1994: p.19)

Os conservacionistas também avaliam se o ecoturismo pode ser eficiente na preservação da biodiversidade ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentado.

Autoridades governamentais estão considerando o ecoturismo como uma nova alternativa para o turismo estrangeiro. Oficiais dos escritórios de turismo estudam a possibilidade de criar políticas de ecoturismo. Por sua vez, o setor privado estuda a possibilidade e viabilidade econômica de investimentos neste

ramo. O turismo industrial esta dando lugar a novos tipos de viagens naturais , “o ecoturismo”. Escritores de viagens estão tentando dar a última palavra neste inovador conceito de turismo. Vídeos sobre ecoturismo estão surgindo, e os viajantes ,cada vez mais entusiasmados, estão tornando-se cada vez mais aventureiros e audazes, além de mais participativos em suas viagens. Estes turistas em número cada vez maior visitam os parques e reservas de todo mundo como nunca observado anteriormente, e tentam através destas experiências achar um caminho para melhor compreender e apreciar ambiente natural.

Então, o que afinal é “ecoturismo”? Parece ser um termo citado em todo planeta que pode ter um significado diferente para cada pessoa. Para alguns ele soa como um turismo ecológico, enquanto para outros é sinônimo de turismo natural.

“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”(Diretrizes , EMBRATUR, abril 1994.p.19)

O ecoturismo na realidade são todas estas coisas, mas com um objetivo fundamental: ser uma força para sustentar as reservas naturais. O ecoturismo portanto, é uma viagem natural que objetiva a conservação e o desenvolvimento sustentado das reservas naturais.

3.1 Ecoturismo e o Turismo Tradicional

Como o ecoturismo difere do turismo natural que tem sido praticado há vários anos?. Para entender esta distinção é necessário entender as circunstâncias que esta palavra surgiu em nosso vocabulário.

A idéia do ecoturismo surgiu da interseção de duas correntes independentes: a de *conservação da natureza* e a das *viagens industriais*.

A *corrente de conservação da natureza* tem sido desenvolvida desde a última década. Esta corrente tenta integrar a preservação ecológica com o desenvolvimento econômico. A preservação e o gerenciamento de parques segundo esta linha, reconhece a necessidade da incorporação das comunidades nativas locais na conservação do ecossistema. O crescimento populacional e a piora das condições de vida em vários países, tem contribuído para o aumento de atividades como agricultura, artesanato, entre outras, ao redor ou mesmo dentro das áreas de preservação. Estas atividades não são totalmente más, só que na grande maioria das vezes sem planejamento e gerenciamento, tornando-se freqüentemente insustentáveis.

Esforços vem sendo realizados para montar um planejamento criativo para estas áreas a fim de promover sua viabilidade econômica. Isto é adquirido não somente pelos incentivos econômicos oferecidos as populações rurais para preservação destes locais, mas também pela criação de uma política econômica que objetive a conservação destas áreas como uma importante reserva de recursos naturais.

“Ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente(...)

implica trabalho de educação ambiental, que produza oportunidades econômicas que façam dos recursos naturais um benefício para a população local atual e futura” (Versão preliminar - DIMARK/DEPROD - EMBRATUR. p.346)

Como os conservacionistas avaliam alternativas econômicas para as populações rurais e meios para demonstrar ao governo o valor das reservas naturais, o turismo aos parques e reservas é uma alternativa que pode fornecer uma grande variedade de empregos além de gerar substanciais recursos tanto localmente quanto nacionalmente, que podem ser administrados conjuntamente entre estes dois pólos através de um programa de acordo entre os mesmos.

O Ecoturismo é uma nova fonte de recursos especialmente importante para parques e reservas, os quais são geralmente mal providos de verbas em todo o mundo. O turismo pode então promover um acréscimo nos recursos financeiros destes parques aumentando sua capacidade de administração e gerenciamento.

“Estudos desenvolvidos para o Parque Nacional do Quênia mostram que o retorno líquido, obtido pela utilização do parque com visitação turística, é de US\$ 40 por hectare. Se o parque fosse usado para exploração agrícola, o retorno seria de apenas US\$ 1 por hectare.”(HENRIQUE, Cicero; 1992: p.45)

Alguns parques podem até tornarem-se auto-suficientes com este tipo de turismo. Para isto entretanto, é necessário o estabelecimento de taxas de permanência nestes locais, bem como a criação de mecanismos financeiros para que todos os recursos gerados a partir destes parques revertam em benefício dos mesmos. De um ponto de vista pragmático os conservacionistas enxergam o turismo nestas regiões como um potencial gerador de recursos para a manutenção e conservação dos parques e reservas.

Um segundo ponto, é que ocorre uma queda progressiva do *turismo industrial*, devido ao estilo de férias que as pessoas estão buscando. Com isto vem crescendo o turismo participativo, aventureiro, orientado para a natureza. Como nunca visto antes os turistas querem se sentir participantes e ativos, além de buscar o conhecimento sobre os lugares que estão visitando.

Esta queda no turismo industrial é resultante do crescente interesse nas últimas décadas pelo meio ambiente. As pessoas ultimamente estão muito interessadas em aprender cada vez mais sobre ecossistemas, espécies em extinção, esforços de conservação, bem como sobre o desmatamento. Para isto estas pessoas em um número cada vez maior visitam parques e reservas ecológicas em todo mundo.

Então quando estes dois pontos, um sobre conservação e o outro sobre o turismo convergem, o resultado é o Ecoturismo. Ecoturismo está portanto acima de uma viagem natural tornando-se uma viagem com o objetivo de conservação. Este turismo pode então se tornar uma importante base para a conservação destas regiões.

3.2 Aumento dos Locais de Áreas de Proteção e das Comunidades Locais.

A ampliação dos parques e reservas através do turismo é gerada primariamente pelo recolhimento de taxas. Áreas protegidas em todo mundo sofrem com a depredação, não cobrando taxas de visitação. Esta é uma oportunidade perdida pelos parques. Como os turistas estão tornando-se cada vez mais conscientes quanto a importância do meio ambiente, estes ficam satisfeitos em participar da conservação das áreas que estão visitando, e provavelmente pagar até pelas futuras áreas de proteção que estão sendo requeridas.

“Em Ruanda, os turistas que desejam ver os gorilas do Parque Nacional dos Volcans despendem, anualmente, US\$ 1 milhão em ingressos e de US\$ 2 a 3 milhões em outros gastos.” (Diretrizes.EMBRATUR, 1994: p.13)

Existem muito pouco a considerar sobre a implantação de taxas de visitação destes locais. Em muitos casos uma diferenciação entre as taxas para visitantes estrangeiros e nacionais é apropriada. A taxa de um parque deve ser sempre levada em consideração para os estrangeiros, como uma parte do custo de viagem, incluída no pacote da viagem, devendo ser sempre informado ao turista sobre a importância desta taxa na manutenção da área, evitando assim um decréscimo no fluxo de visitantes.

Uma segunda consideração é que muitos parques não podem estabelecer um sistema de taxas por si próprios. Esta é normalmente uma decisão política nacional. Entretanto, caso um parque específico tenha este anseio, deverá fazer um lobby com o serviço nacional de parques a fim de discutir e implantar seu projeto.

Além do sistema de taxa de visitação, um parque pode gerar recursos através de concessões á iniciativa privada. Uma ampla variedade de pequenos empreendimentos estabelecidos e operados pela iniciativa privada podem gerar uma grande quantidade de benefícios que revertem em prol do parque.

Os residentes locais também podem ter ganhos com o Ecoturismo, como por exemplo a criação estalagens para absorver parte dos turistas. Muitos poucos exemplos disto são encontrados, mas este tipo de iniciativa é extremamente importante para o entrosamento das comunidades com o Ecoturismo.

3.3 Criação de Novos Empregos Para os Residentes Locais

O Ecoturismo pode criar uma ampla variedade de oferta de empregos. Alguns exemplos são: guias turísticos, guardas do parque, donos de estalagens, pessoal de manutenção, vendedores de concessão, gerando uma perspectiva econômica comunitária muito melhor que outras opções locais.

Um ponto a considerar é que, para incorporação do Ecoturismo as comunidades locais é necessária uma análise e planejamento cuidadosos.

Tornar-se envolvido com as atividades de ecoturismo é uma grande decisão para as comunidades. Após a decisão de participar do programa, membros das comunidades devem ser treinados, orientados, e apresentados as possibilidades, através de outras experiências internacionais, para desenvolvimento local do Ecoturismo.

“Para a América latina, onde o ecoturismo começa a despontar, a atividade se reveste de extrema importância para os esforços nacionais de promoção do desenvolvimento econômico e social. O adequado aproveitamento dos vários ecossistemas existentes, ainda pouco explorados, propiciará a abertura de novas alternativas econômicas e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações diretamente envolvidas, além de reduzir alguns dos impactos negativos causados pelo turismo tradicional, ...” (Diretrizes. EMBRATUR, 1994:p.13)

3.4 Os Envolvidos no Planejamento e Gerenciamento do Ecoturismo

O produto brasileiro é único e diferenciado, tem que ser criado um Ecoturismo que leve em conta as características próprias do Brasil, que permita um manejo adequado dos recursos naturais e respeite as comunidades locais.

O Ecoturismo, embora segmento da atividade turística, tem características diferentes de outras formas de turismo, impondo a necessidade de um planejamento cuidadoso na sua concepção e implantação.

O delineamento das estratégias e políticas do Ecoturismo, bem como sua implementação e acompanhamento obrigam ao uso de múltiplas facetas de conhecimentos, exigindo a colaboração de técnicos de diversos ramos do saber, das ciências exatas e das ciências sociais, havendo a necessidade de coordenação das várias áreas envolvidas.

Ademais, no desenvolvimento do Ecoturismo, há a possibilidade de superposição de responsabilidade e interesses a nível do Governo Federal, como dos Estados, dos Municípios, das Comunidades e das entidades privadas preocupadas com o meio ambiente.

Assim, é essencial que sejam consultados todos os envolvidos no processo de implantação do Ecoturismo, compatibilizadas as diversas opiniões, para que venha alcançar-se o sucesso nas ações a serem desenvolvidas, levando a uma maximização dos benefícios econômicos e sociais que podem obter-se com a atividade ecoturística.

“O Ecoturismo, por se tratar de uma atividade econômica e dinâmica, sobre a qual incidem múltiplos interesses, requer ações interinstitucionais articuladas, coordenadas e descentralizadas dos poderes públicos e a efetiva participação do setor privado no encaminhamento das decisões políticas e administrativas pertinentes ao segmento, incluindo, nesse contexto, as organizações não governamentais e as comunidades envolvidas.(Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, EMBRATUR; 1994: P.33).

Não se pode esquecer que o Ecoturismo é um produto frágil, que tem que ser manuseado com cautelas, pois o uso inadequado pode causar danos irreversíveis, econômicos, ambientais e sociais.

Por outro lado, usando um planejamento cuidadoso que leve em conta que o Ecoturismo faz parte de um contexto de atividades multidisciplinares, a serem desenvolvidas harmoniosamente, poderá vir a alcançar-se o desenvolvimento integral do homem, da nação e do Meio Ambiente.

Para tornar o Ecoturismo em uma força de conservação da natureza e de desenvolvimento econômico, diversos grupos tem que ter participação ativa em diversos estágios deste processo. Neste seguimento teremos uma breve descrição de quem devem ser estes envolvidos e o porquê.

3.4.1 Governo

Oficiais do órgão nacional de turismo , serviço de parques e reservas, e do departamento financeiro (além de outros), são todos partes do desenvolvimento de um programa de ecoturismo. Estes são os primeiros responsáveis pela criação de uma política e de uma estrutura nos lugares suficientes para este desenvolvimento. Por exemplo, no Brasil a EMBRATUR pode instituir uma norma que toda operadora internacional tenha que se utilizar de guias locais para seus programas de viagem. Ou o diretor do parque estabelecer que toda operadora que visita o parque tenha que fornecer 3 por cento de seus lucros para o sistema do parque, criando assim um sistema de coleta de taxas nestes locais. Finalmente, o governo federal pode estabelecer uma legislação sobre o benefícios do ecoturismo para ser retido pelos residentes locais. O desenvolvimento do ecoturismo pode ser totalmente

deturpado se a instituição governamental não instituir uma estrutura política adequada para acessar o crescimento do meio.

“Assim, caberá precipuamente ao governo estabelecer a normatização da atividade, incentivar e promover a capacitação de recursos humanos e melhorar e viabilizar a necessária infra-estrutura nas áreas de destino e adaptar os incentivos existentes para estimular a implantação de empreendimentos ecoturísticos” (Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo , EMBRATUR; 1994, p.33)

3.4.2 Pessoal de Proteção de Área

Devido aos parques e reservas ecológicas serem os focos primários de atração no Ecoturismo, um pessoal qualificado de proteção da área é de fundamental importância para o seu gerenciamento e desenvolvimento. Estes é que estarão no dia-a-dia em contato com estas reservas, sendo diretamente responsáveis pela sua conservação. Em muitos casos, o próprio pessoal dos parques terão de ser retreinados nesta nova visão de gerenciamento dos locais. Este pessoal deverá encarar o ecoturismo como algo que afetará seus empregos e a política do parque.

3.4.3 Comunidades Locais

As comunidades rodeando as áreas de proteção são geralmente menosprezadas no desenvolvimento do Ecoturismo. Isto se deve ao fato destas comunidades serem espalhadas e isoladas, de difícil comunicação. Isto muitas vezes se dá também pela desatenção dos planejadores em fazer com que estas comunidades aprendam sobre Ecoturismo e avaliem sua importância em suas vidas. Entretanto, os residentes locais são uma parte crítica no movimento do ecoturismo. As comunidades locais são geralmente dependentes dos recursos naturais que atraem os turistas. Estes podem ser encarados como competidores por estes recursos, que são suas necessidades básicas. Se estas comunidades não forem envolvidas neste processo e não receberem benefícios devido a esta “perda” de seus recursos, isto pode gerar uma competição entre as partes, com grande prejuízo para o programa.

“As comunidades muito mais do que meros beneficiários desta atividade, são na verdade, atores importantíssimos no processo, portanto elementos que devem ser integrados ao desenvolvimento do ecoturismo desde seu estágio mais preliminar de planejamento até sua implementação e operação” (Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, EMBRATUR; 1994: P.33).

3.4.4 Indústria do Turismo

O turismo industrial é largo e complexo. Numerosas pessoas dentro da indústria do turismo são importantes no desenvolvimento do Ecoturismo pois são eles que realmente proporcionam as viagens. São eles que tem uma grande influência no destino dos turistas, atividades e experiências. É importante colocá-los informados para o entendimento do conceito de Ecoturismo e suas condições de conservação. A eles cabe mostrar o produto frágil do Ecoturismo e a sua necessidade de preservação. Além disto a indústria do turismo é vital nas informações de tendências do mercado, além das funções de promoção e marketing.

“O setor privado, por meio da atuação do empresariado, será parte preponderante na consolidação do ecoturismo como instrumento de crescimento econômico, cabendo promover as medidas indispensáveis à qualidade dos serviços a serem prestados, além de, em resposta aos esforços do Governo, contribuir na melhoria da infra-estrutura e na capacitação de recursos humanos” (Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, EMBRATUR, 1994: p.33).

3.4.5 Organizações Não-governamentais

Muitas entidades não governamentais, principalmente grupos de conservação e desenvolvimento, são importantes no Ecoturismo. Sua função primária é a viabilização de financiamentos e assistência técnica para projetos de Ecoturismo. Elas podem também auxiliar nas definições e direções do crescimento do Ecoturismo. Além disto são de fundamental importância entre o estabelecimento das relações dos turistas com as comunidades locais. Em adição estes grupos também podem ter participação nas atividades de guia e informação turística nos locais.

“As organizações não governamentais, representantes da sociedade civil, têm desempenhado no Brasil e no mundo um papel de fundamental importância na publicação de expressiva parcela da literatura existente sobre ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentado.” (Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, EMBRATUR; 1994: p.33).

3.4.6 Instituições Financeiras

Para parques e comunidades capturarem os benefícios financeiros do Ecoturismo é necessário o desenvolvimento de uma boa infra-estrutura. Para tal, a participação de diversos fundos são necessários. Portanto bancos, instituições privadas e corporações são participantes importantes no desenvolvimento do Ecoturismo.

3.4.7 Consumidores

A principal força por detrás do “explosão do Ecoturismo” são os consumidores. Eles decidem aonde ir e o que fazer para recreação nos parques e áreas naturais. Consumidores precisam ser educados sobre os custos e benefícios do ecoturismo para então estarem aptos a decidirem sobre suas viagens e sua participação na conservação do meio ambiente.

Capítulo 4

4 Potencial de Santa Catarina para o Ecoturismo

4.1 Perfil Catarinense

Santa Catarina tem uma superfície de 95.318 km², localiza-se na região Sul do Brasil, ocupa 1,11% do território Nacional e 16,57% da Região Sul.

Limita-se ao Norte com o Estado do Paraná, a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Estado do Rio Grande do Sul e a Oeste com a República da Argentina.

O clima, segundo SEPLAN - Secretaria de Estado de Coordenação Geral de Planejamento (1991), utilizando a classificação climática de Thornthwaite é mesotérmico, úmido e superúmido. Um clima predominantemente subtropical.

A hidrografia é constituída por dois sistemas de drenagem independentes, dando origem a duas vertentes, a do Atlântico e a do Interior. Os divisores de águas que separam estas duas vertentes são a Serra do Mar, ao norte, e a Serra Geral, ao sul.

Com uma vegetação rica e diversificada, detém o mais alto percentual de cobertura florestal do Sul do País. É composta de três tipos de mata-tropical, subtropical e uma formação campestre.

O Estado de Santa Catarina possui a maior área de floresta nativa da região Sul do Brasil, SEPLAN (1991).

A superfície territorial catarinense abriga diferentes ecossistemas com uma grande diversidade de formações de vegetais, distribuídas por regiões.

Nas planícies e serras litorâneas pode ser encontrada a Mata Atlântica. Esta possui desde árvores de grande porte como a peroba-vermelha e o cedro, até palmeiras e ervas.

A Mata de Araucária, transpõe a serra em direção ao clima mais ameno.

No Oeste, descendo o planalto, encontramos a Mata Caducifólia. Esta mata possui característica interessante, durante o inverno perde todas as folhas, que retornam na primavera, permanecendo verdes durante o verão e o outono.

A região das Savanas, compõem-se de grande quantidade de espécies de gramíneas, apresentando também leguminosas e verbanáceas. O relevo suave e o clima ameno do planalto favorecem a esta formação.

O Censo Demográfico de 1991 constatou que a população residente é de 4.536.000 habitantes, que corresponde a 3,1% da população brasileira. Sendo que ,70% estão em área urbana e 30% na zona rural. A estimativa de domicílios permanentes em 1990, segundo a SEPLAN (1992) era de 1.059.900, 73% em áreas urbanas e 27% na zona rural.

A energia elétrica está disponível no Estado todo. A distribuição é efetuada pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A, que tem como principal acionista o Estado.

A energia é adquirida com garantias plenas de constância e regularidade no fornecimento, pois na região sul existe uma capacidade geradora instalada

de 16.343 MW para um consumo de 6.239 MW. O Estado conta com um potencial hidrelétrico adicional para produção de 10.000 MW, praticamente inexplorado.

O abastecimento de água atende apenas 85% da população. Com relação a coleta de esgoto urbano, a maioria dos municípios despeja o esgoto sanitário em fossas, outros lançam nos rios e no oceano sem tratamento, esta situação começa a ser mudada com a construção e implantação de sistemas de tratamento de esgoto como ocorre em Balneário Camboriú e Florianópolis.

Na área da comunicação, o Estado conta com 13 estações geradoras de imagem de televisão e com 162 emissoras de rádios, SEPLAN (1992). Os serviços telefônicos e correios ligam todos os municípios com o país e o exterior. Todos os 260 municípios do Estado são atendidos por modernos sistemas de telecomunicações operados pela TELESC- Telecomunicações d Santa Catarina S/A -, a nível local e pela EMBRATEL- Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A-, a nível nacional.

A malha viária , segundo SEPLAN (1992), possui 61.028 km, e liga todos os municípios oferecendo opções de percurso. As principais rodovias do Estado são asfaltadas.

Com relação a ferrovias, existem três troncos, dois no sentido norte-sul e um no sentido leste-oeste, que são utilizadas basicamente para transporte de cargas.

Os principais portos são Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul. São utilizados para o escoamento dos produtos catarinenses para exportação, principalmente para os países do Cone Sul.

O Estado possui 27 aeroportos, mas apenas três operam com vôos comerciais, Navegantes, Joinville e Florianópolis. O Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, é o único que possui os serviços essenciais para o tráfego internacional, servindo como porta de entrada para o turismo estrangeiro.

O Estado possui 1.590 estabelecimentos de saúde. Disponibilidade de internação, no âmbito geral é de 3,4 leitos/1.00 habitantes, SEPLAN (1992).

A população alfabetizada em 1990 era de 90%, essa é uma boa média comparada com a média nacional que é de 82%.

A colonização do Estado foi feita por quatro correntes européias: portuguesa, alemã, italiana e em menor escala, eslava. Os paulistas também foram responsáveis pela colonização do Estado, a partir do século XVIII.

O estado é o quarto maior parque industrial do país, tem o sétimo PIB, sendo o quinto estado que mais exporta, é rico também em recursos minerais destacando-se as jazidas de carvão, argila e ferro entre outros. Apresentando, ainda, um forte e dinâmico setor agrícola.

A SEPLAN(1992), divide o Estado em cinco regiões econômicas:

- Litoral - as atividades principais são o turismo, a pesca artesanal e as culturas de subsistência;
- Vale do Itajaí - um parque industrial diversificado, produz têxteis, calçados e seus derivados, plástico e metal-mecânicos;
- Sul - a atividade mais importante é o extrativismo, principalmente a extração de carvão mineral, e nos últimos anos vem produzindo produtos cerâmicos de revestimento;
- Planalto - destaca-se a criação de bovinos, a extração de madeira e erva-mate, as lavouras de produção extensiva e a fruticultura;
- Oeste - as atividades mais importantes estão vinculadas a agroindústria, como a criação de aves e suínos e a produção agrícola dirigida para esta atividade.

4.2 Divisão das Regiões Turísticas Catarinense

O Estado está dividido em oito regiões turísticas, segundo SEPLAN (1991):

Região 1 - A Capital da Natureza, litoral centro, colonizado por portugueses vindos da ilha dos Açores, guarda as tradições, o folclore e a arquitetura herdada dos imigrantes. É composta por Florianópolis, Tijucas, São José, Gov. Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Rancho Queimado, Garopaba, Biguaçu e Angelina. A natureza é a grande atração desta região; as praias, os morros as estâncias termais e muito

verde compõem o cenário. Florianópolis está situada na Ilha de Santa Catarina, possui 42 praias e 3 lagoas.

Se localizam nesta região muitos parques e reservas como a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo situado entre Florianópolis e Gov. Celso Ramos, e o Parque Municipal da Lagoa do Peri, em Florianópolis. Dois bons exemplos de áreas de proteção ambiental, onde poderia se implantar de forma conjugada o ecoturismo.

Região 2 - A Rota do Sol, no litoral norte, é formada pelos municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Itajaí, Penha, Navegantes, Porto Belo, Luiz Alves e Piçarras. É a região de maior atração do Estado.

Região 3 - O Vale Europeu, no vale do Itajaí, a colonização germânica guarda traços marcantes. é formado por Blumenau, Rio do Sul, Gaspar, Brusque, Botuverá, Pomerode, Indaial, Lontres, Ibirama, Trombudo Central, Timbó, Nova Trento e Rio do Oeste. Pomerode destaca-se como a cidade mais alemã do Brasil, além do estilo enxaimel, as casas possuem jardins ornamentais e flores nas sacadas. Blumenau é um centro industrial e mantém a tradição de seus colonizadores, a Oktoberfest é o evento que mais atrai turistas para esta região. Os parques com bosques, cachoeiras e campings são outros atrativos. Em Nova Trento e Botuverá se encontra uma importante reserva biológica, a de Canela Preta.

Região 4 - Caminho dos Príncipes, é a região formada pelos municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Garuva, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Araquari, Barra Velha e Piçarras. Colonizada a princípio pelos portugueses, possui a cidade mais

antiga do Estado, São Francisco do Sul, situada na Ilha de São Francisco, conserva as características da colonização açoriana. Mais tarde chegaram a região os colonizadores alemães. Joinville, um importante centro industrial do Estado, é conhecida como a “Cidade das Flores” e mantém em suas construções o estilo enxaimel.

Nesta região localiza-se a estação Ecológica do Bracinho entre Joinville e Jaraguá do Sul.

Região 5 - A região denominada por República Juliana, possui lindas praias, de mar aberto próprias para esportes como o surf, estâncias hidrotermais, e a mina modelo de carvão, que é a principal atração em Criciúma, a “Capital Brasileira do Carvão”. Laguna é a capital da República Juliana, que data de 1839 e teve como heroína Anita Garibaldi. Colonizada por açorianos, apresenta ruas estreitas e arquitetura dos colonizadores, além de monumentos, como o marco do Tratado de Tordesilhas, onde está representado o meridiano que dividia as terras de Portugal e Espanha, assinado em 1494. Fazem parte desta região Laguna, Criciúma, Jaguaruna, Içara, Araranguá, Sombrio, Praia Grande, São João do Sul, Orleans, Imbituba, Imaruí, Pedras Grandes, Urussanga, Garopaba, Siderópolis, Lauro Muller e as estâncias hidrotermais de Gravatal e Tubarão, onde jorram águas a temperatura de 37° C e 36° C, com propriedades terapêuticas.

Região 6 - Serras Catarinenses é o nome da região do planalto, onde o verão é ameno e o inverno rigoroso, com ocasionais precipitações de neve. Os pinheiros e os campos compõem a paisagem. É formado pelos municípios de Lages, Curitibanos, Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Urubici e Bom Retiro. Lages é o maior município em extensão do Estado, possui em seu folclore as

típicas tradições gaúchas. O turismo rural é uma das atividades do município. São Joaquim fica a 1.300m de altitude, além de ser a cidade mais fria do país, o cultivo de maçãs é outro atrativo.

Região de muita importância para o planejamento do ecoturismo devido os diversos parques nela localizados, como o Parque Nacional de Aparados da Serra, Parque Nacional de São Joaquim e Parque Nacional da Serra Geral.

Região 7 - O Contestado, é a região do Vale do rio do Peixe, composta por Fraiburgo, Treze Tílias, Videira, Herval do Oeste, Caçador,, Piratuba, Porto União, Campos Novos, Joaçaba, Irani e Água Doce. Foi palco da Guerra do Contestado que ocorreu entre 1910 e 1916, mantém monumentos que contam sua história, como o Museu do Contestado na cidade de Caçador. Treze Tílias foi colonizada por austríacos vindos da região do Tirol, por isso é conhecida como o "Tirol Brasileiro". Possui construções no estilo alpino oriundo dos colonizadores. Fraiburgo é o maior centro produtor de maçãs do Estado. Está região possui ainda balneários, estâncias hidrominerais, locais de grande beleza e tranquilidade.

Região 8 - No Oeste do Estado, a região Nova Rota das Termas tem como principal atração as fontes termais.. Os municípios que a compõem são Águas de Chapecó, que pela lei estadual complementar número 1, de 19/06/68 é uma estância hidromineral; Palmitos, onde as fontes jorram 46ml de águas fria, morna e quente, oferecendo ao visitante opções e conforto. Concórdia, centro de criação de aves e suínos; seguidos por Chapecó, Abelardo Luz, Xanxerê, Dionísio Cerqueira, São Carlos, Quilombo, Caibi e Itapiranga. Chapecó é conhecida como a "Capital do Oeste Catarinense" e funciona como ponto de apoio ao corredor das estâncias hidrotermais.

3 O Potencial de Atração Ecológico

Os recursos ecológicos são formados por atrativos ligados ao entrosamento do homem com a flora e a fauna, englobando parques e reservas, que são protegidos por lei e possuem objetivos definidos.

As áreas ecológicas e unidades de conservação são classificadas como reserva biológica, estação ecológica, parques naturais e nacionais.

Reserva Biológica são zonas não perturbadas por atividades humanas, que compreendem características e espécies da flora e fauna. O objetivo é manter sem perturbações estas zonas, protegendo amostras ecológicas e a dinâmica de evolução do meio ambiente natural para estudos científicos.

Estação Ecológica são áreas estabelecidas pelo governo com objetivo de conhecer e proteger os ecossistemas principais do país para isto são criadas unidades de pesquisa na área que estudam os processos ecológicos entre áreas protegidas e áreas que sofrem ações antrópicas. Estas áreas são utilizadas para pesquisa, monitoramento, educação ambiental, e em alguns casos para recreação. O ecoturismo, dentro de seus princípios, com grandes afinidades existentes aos objetivos das estações, se enquadra perfeitamente.

Parque Natural são áreas com paisagens naturais de importância nacional. Protegem o meio ambiente e podem englobar atividades agropecuárias artesanais. O objetivo é dar oportunidade a recreação e ao turismo num ambiente natural.

Os Parques Nacionais são áreas superiores a 1.000ha , que têm como objetivo principal a proteção e conservação de ecossistemas ou de sistemas completos, onde são encontrados valores naturais e culturais. Podem ser utilizados para educação ambiental e recreação.

Outras áreas consideradas patrimônio paisagístico natural são as dunas, protegidas por lei federal desde 1965; e os mangues, que são áreas brejosas de equilíbrio para o ecossistema aquático.

O Estado possui reservas biológicas, estações ecológicas, parques naturais, parques nacionais e áreas de preservação de dunas e mangues, que nesta pesquisa foram considerados como atração ecológica com potencial para o ecoturismo, principalmente os que possuem infra-estrutura para o turismo. A FATMA forneceu uma relação com áreas governamentais silvestres, conforme mostra o Quadro 01.

Quadro 01

DENOMINAÇÃO	DECRETO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA -ha	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
01. Parque Nacional de Aparados da Serra	4.446 DE 17/12/59	São Francisco de Paula-RS 6050ha. Praia Grande-SC 4.200 ha.	10.250,00	IBAMA	Ecossistema da Escarpa, Campos Naturais, Araucárias, Angustifolia, Floresta Latifoliada.
02. Parque Nacional de São Joaquim	50.992 de 06/07/61	Bom Jardim da Serra, Orleães, Urubici e Grão Pará.	49.300,00	IBAMA	Floresta Ciliares de Pinheiros, Floresta Latifoliada sub tropical.
03. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	1.260 de 01/11/75	Fpolis, Palhoça, Sto. Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Martinho, São Bonifácio, Paulo Lopes, Imaruí.	90.000,00	FATMA	Floresta Natural, dunas, restinga e mangue.
04. Parque Estadual da Serra Furada	11.233 de 20/06/80	Orleães e Grão-Pará	1.329,00	FATMA	Floresta Natural
05. Parque Florestal do Rio Vermelho	2.006 de 21/09/62	Fpolis (Ilha)	1.100,00	Sec. Agr.	Pinus, pequenas áreas naturais.
06. Parque Municipal Lagoa do Peri	1.408/76 1.828/81	Fpolis (Ilha)	2.000,00	Prefeit. Fpolis	Floresta Natural e Lagoa de 5KM2

07. Parque Rodoviário Rio do Rastro		Bom Jardim da Serra	40,00	D.E.R.	Floresta Natural
08. Floresta Nacional de Caçador		Caçador (Taquara Verde)	850,11	IBAMA	Ecossistema de Pinhal, mata e campo
09. Floresta Nacional de Chapecó		Chapecó	1.898,00	IBAMA	Pinus, Floresta Natural
10. Floresta Nacional de Três Barras		Três Barras	4.477,00	IBAMA	Araucária angustifolia natural em reflorestamento, mata e campo.
11. Reserva Biológica Estadual do Aguai	19.635 de 01/07/83	Siderópolis, Nova Veneza e Meleiro	7.672,00	FATMA	Floresta Natural
12. Reserva Biológica da Canela Preta	11.232 de 20/06/80	Nova Trento, Vidal Ramos e Botuverá	1.844,00	FATMA	Floresta Natural
13. Reserva Biológica Estadual do Sassafrás (Gleba Maior)	2.221 de 04/02/77	Benedito Novo (Alto Forcação)	3.707,00	FATMA	Floresta Natural
14. Reserva Biológica Estadual do Sassafrás (Gleba Menor)	2.221 de 04/02/77	Benedito Novo (São João)	1.361,00	FATMA	Floresta Natural e pastagem
15. Reserva Biológica de Irineópolis		Irineópolis	133,10	IBAMA	Floresta Natural, Pinus, erva-mate
16. Reserva Florestal de Joaçaba		Joaçaba	302,00	IBAMA	Floresta Natural, Várzea, campos e pinus
17. Reserva Indígena de Ibirama		Ibirama	14.000,00	FUNAI	Floresta Natural de grandes proporções
18. Reserva Indígena de Xanxerê		Xanxerê	5.000,00	FUNAI	Quase toda desvastada
19. Reserva da Rede Ferroviária		Araquari	1.000,00	Rede Ferroviária	Floresta Natural
20. Estação Ecológica do Bracinho	22.768 de 16/07/84	Joinville, Schroeder, Jaraguá do Sul e Guaramirim		4.606,00	Floresta Natural
21. Estação Experimental de Caçador		Caçador	1.200,00	EMPASC	Floresta Natural de Araucária
22. Horto Florestal de Canasvieiras		Florianópolis	170,00	Gov. Estado	Pequens trechos naturais, eucaliptos
23. Horto Florestal de Ibirama		Ibirama e Ascurra	680,00	IBAMA	Floresta Natural-Pinus
24. Horto Florestal da Rede Ferroviária		Imarui	900,00	RFFSA	Floresta Natural e eucaliptos
25. Posto Fomento Florestal de Araguari		Araguari	20,00	IBAMA	Pinus
26. Posto Fomento Florestal de Curitibaanos		Curitibaanos	22,21	IBAMA	Pinus e Araucária Angustifolia
27. Posto Fomento Florestal de Fpolis		Fpolis (Trindade)	21,48	IBAMA	Pinus e eucaliptos

28. Posto Fomento Florestal de Laguna		Laguna	48,00	IBAMA	Pinus e eucaliptos
29. Posto Fomento Florestal de Porto União		Porto União	16,94	IBAMA	Pinus
30. Escola Agrícola de Araquari		Araquari	270,00	Minist. Educ.	250 ha. de floresta natural da baixada
31. Pinheiral de São José do Cerrito		São José do Cerrito	278,00	EMPASC	Floresta Natural de Pinheiros, pastagens experimentais
32. Ilhas e Mangues		Ilha de SC.	2.000,00	SPU	Criadouros da Fauna à implantar
33. Dunas da Lagoa da Conceição	1.261/75	Florianópolis	100,00	Prefeit. Fpolis	Dunas móveis já tombadas

Fonte: FATMA

4.4 Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

Em termos de natureza, Santa Catarina é detentora de um tesouro inestimável. A variedade e a beleza fazem do Estado um pólo turístico em ascensão. Para preservar e proteger a qualidade ambiental, o Poder Público conta com três níveis institucionais regularmente constituídos dentro de legislação específicas: para definições gerais e normatizações; para elaboração de planos e programas de ação; para execução de planos dos programas e projetos.

Esta ação é exercida pela Fundação de Meio Ambiente- FATMA, que tem a competência legal para planejar, licenciar, fiscalizar e corrigir danos ao meio ambiente, produzidos pela atividade humana, industrial ou acidentes.

O ecossistema mais visado para a proteção é a Floresta Tropical Atlântica, considerada em todas as suas diferentes fases, do Manguezal às matas de altitude. Nelas estão 5 Unidades de Conservação, entre parques e reservas biológicas, num total de 1.037 KM².

Capítulo 5

5 Conclusão

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo mostrar a capacidade de integração da natureza com a atividade econômica que mais cria empregos e gera renda na atualidade em todo o mundo, o Turismo.

O nosso estado tem condições de vir a impor-se no mercado do Turismo da Natureza ensejando benefícios econômicos, financeiros e sociais expressivos, entretanto, terão que ser feitos esforços no sentido de que o desenvolvimento da atividade se faça de forma planejada, compatível com um desenvolvimento sustentável, conservando o meio ambiente e incentivando a conscientização ecológica.

Vale ressaltar que na essência do Ecoturismo existe sempre a preocupação com a educação ambiental do turista, o que leva à criação de uma consciência ecológica.

O Ecoturismo abarca, também, no seu bojo, dar prioridade à participação das comunidades locais no processo turístico, favorecendo o desenvolvimento sustentável das populações onde ele se implanta.

O mercado turístico se apresenta promissor e a tendência para o Ecoturismo se configura numa realidade cada vez mais presente.

Em Santa Catarina, com um potencial nato para o turismo, tem todas as possibilidades para desenvolver ainda mais suas atividades turísticas, aprimorando as já existentes e buscando formas alternativas, gerando, futuramente um incremento na economia catarinense.

Referências Bibliográficas

- ONU - Organização das Nações Unidas. Manejo de Datos para el Desarrollo Urbano y Regional. Centro de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, Nairobi, 1982.
- FILHO, Pellegrini Américo. Ecologia Cultura e Turismo. Ed. Papirus, Campinas, São Paulo, 1993.
- CASTELLI, Geraldo. Turismo atividade marcante do séc. XX. Ed. da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 1990.
- BLANCO, Ramirez. Teoria general de turismo. Ed. Diana, México, 1983.
- CIERVA, de La Ricardo. Turismo teoria técnica ambiente. Ed. River, S.A., México.
- LAGE, Gelas H. Beatriz. MILONE, César Paulo. Economia do Turismo. Ed. Papirus, Campinas, SP, 1991.
- BAPTISTA, Mário. O turismo na economia. Ed. Instituto Nacional de Formação Turística, Portugal, 1990.
- SESSA, Alberto. Turismo e política de desenvolvimento. Ed. Uniontur, Porto Alegre, RS, 1983.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. Ed. Papirus, Campinas, SP, 1993.
- Livros, periódicos, folhetos, dados estatísticos, entre outros materias fornecidos pela SANTUR.

- SANTUR - Santa Catarina Turismo S.A. programa de Desenvolvimento Turístico Integrado. SANTUR, Florianópolis, 1992.
- SANTUR - Santa Catarina Turismo S.A. Santa e Bela Catarina. Guia Técnico - Roteiros Culturais, Ecológicos e Turísticos de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1989.
- Jornais de circulação nacional, estadual e municipal.
- Versão preliminar DIMARK/DEPROD, EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo)
- HENRIQUE, Cícero. Mato Grosso e o turismo ambiental. ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v.2, n.22, p.44-45, dez 1992.
- SEPLAN - Secretaria de Estado de Coordenação Geral de Planejamento. Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aeroporto Cruzeiro, 1990.
- SEPLAN - Secretaria de Estado de Coordenação Geral de Planejamento. Geoeconomia de Santa Catarina. Dados Básicos. Florianópolis, SEPLAN 1992.
- Ecologia. ALMANAQUE ABRIL,
- AÇÕES NA ÁREA DE ECOTURISMO. Diretoria de Economia e Fomento- DIREF - EMBRATUR. ago 1992.
- IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Planejamento Turístico - A Nível Municipal e Micro-Regional, Florianópolis, 1982.

- BRASIL. diretrizes para uma política nacional de ecoturismo/
Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú
M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- HOGAN, D.J. & Vieira, P.F. (Orgs.). 1992. Dilemas socioambientais e
desenvolvimento sustentável. Campinas, SP, Editora da Unicamp.
234p.

ANEXOS



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E
DA AMAZÔNIA LEGAL**

**DIRETRIZES PARA UMA
POLÍTICA NACIONAL
DE ECOTURISMO**

**Grupo de Trabalho Interministerial
MICT/MMA**

Ficha Catalográfica preparada pela Biblioteca do MMA

BRASIL

Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo / Coordenação de Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha.] — Brasília : EMBRATUR, 1994.

v. — p. : il.

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT / MMA instaurado pela Portaria Interministerial No. 001, de 20 de abril de 1994.

Bibliografia

I. Desenvolvimento sustentável - Brasil. 2. Política ambiental - Brasil. 3. Ecoturismo - Diretrizes - Brasil. I. Barros II, Silvio Magalhães. coord II. de La Penha, Denise Hamú M. coord III. Brasil. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. IV. Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. V. Título.

CDU - 338.482.2:502.3

- INTRODUÇÃO

A indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente e, apenas na última década, expandiu suas atividades em 57%.

O ecoturismo, na indústria de turismo e viagens, é o segmento que por sua vez apresenta o maior crescimento, resultando num incremento contínuo de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos.

No Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985. No âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e sustentáveis.

No entanto, nem os esforços governamentais, nem os privados foram suficientes para ultrapassar as barreiras, até hoje existentes, entre a teoria - principalmente em relação aos modelos nacionais - e a prática do ecoturismo.

Pontificam-se entre essas barreiras a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento, a falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio Governo, no estímulo e na exploração do potencial das belezas naturais e valores culturais disponíveis, ao mesmo tempo em que promova a sua conservação.

Em consequência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

Essas razões, em especial, motivaram o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal a instituir, pela Portaria Interministerial nº 001, de 20 de abril de 1994, Grupo de Trabalho, integrado por representantes desses Ministérios, do IBAMA e EMBRATUR para desenvolver e propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo.

O Grupo de Trabalho, seguindo orientação emanada dos respectivos Ministérios, promoveu durante seus trabalhos, ampla

discussão acerca do ecoturismo, com os mais diversos segmentos interessados das áreas governamental e privada. Para tanto, adotou a seguinte metodologia de trabalho:

- a) pesquisa e análise de documentos, informações e sugestões oriundas do setor turístico e ambiental;
- b) realização de reunião de trabalho com a presença de representantes do SEBRAE, SUDAM, UNESCO, Associação Brasileira de Ecoturismo, SENAC, BNB e BASA;
- c) realização de oficina de planejamento promovida em Goiás Velho, GO, obedecendo à metodologia ZOPP, que contou com a participação de representantes do MICT, MMA, EMBRATUR, IBAMA, MEC, organizações não governamentais, empresários e consultores. Durante cinco dias, o grupo centrou suas discussões na conceituação de ecoturismo, na análise da situação atual e na identificação das ações necessárias para o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no Brasil.

Como resultado dessa participação multidisciplinar, o documento pretende nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo que assegure:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

MENSAGEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Muito me honra poder dar divulgação a este trabalho de valorização e reconhecimento do enorme potencial e da importância do ecoturismo para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

O presente trabalho foi desenvolvido ao final do Governo de meu ilustre antecessor, Presidente Itamar Franco, com a colaboração especial do Grupo Interministerial composto pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e Amazônia Legal, pelos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pelo Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR e, ainda, com a participação de diversas Organizações não Governamentais - ONGs.

Com a sua leitura, poder-se-á avaliar a importância do documento "As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo", que estabelece os parâmetros básicos para a definição de uma Política voltada à melhoria da qualidade de vida da população, com a preocupação de manutenção do patrimônio ambiental como um legado cultural, apontando caminhos para o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Brasil.

O ecoturismo é um novo produto turístico de real potencial econômico-social e seu desenvolvimento propiciará a divulgação de nosso patrimônio ambiental aos cidadãos brasileiros e, também, de outras Nações que queiram conhecê-lo e conosco compartilhá-lo.

O Brasil, neste aspecto, apresenta um trabalho pioneiro. Seu maior mérito reside em estabelecer diretrizes metodológicas que possibilitarão o estabelecimento de uma Política Nacional de Ecoturismo que, ao tempo em que orientam, não excluem, ao contrário, induzem às adaptações necessárias às diversas realidades, consistindo em parâmetros mínimos para a elaboração de Políticas locais. Pioneira, também, é a premissa nele estabelecida de que todas as ações a serem desenvolvidas pressupõem a parceria ativa entre a iniciativa privada e as entidades governamentais.

Fazer com que os turistas nacionais e internacionais usufruam do nosso ecossistema, sem que o prejudiquem, e possibilitar o desenvolvimento sustentável das regiões detentoras de nosso patrimônio ambiental, são os objetivos das diretrizes apresentadas neste trabalho.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

APRESENTAÇÃO

A gestão responsável e sustentada dos recursos naturais e o respeito à preservação da identidade cultural de populações nativas têm servido às vezes de instrumento de contenção dos anseios e necessidades desenvolvimentistas de muitos países.

O Brasil, devido a sua dimensão continental, situação geográfica, e sobretudo, riquezas naturais e culturais tem sido alvo de pressões externas, seja de parte de instituições multilaterais de crédito e cooperação ou de governantes dos países desenvolvidos, seja de cidadãos, através da imprensa, ou das organizações não-governamentais. Igualmente poderosas são as pressões internas que levam ao uso desordenado do patrimônio natural em favor dos brasileiros que espontaneamente migram atraídos pela esperança de um futuro melhor.

O simples reconhecimento de que algumas práticas adotadas na expansão das fronteiras em busca do crescimento econômico são nocivas ao meio ambiente e ao homem, não é suficiente. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adotados.

À toda liderança corresponde uma parcela de responsabilidade e, neste quadro, a indústria de turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

No entanto, para que o ecoturismo possa efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, é preciso que esteja alicerçado em diretrizes coerentes com o mercado, tecnologicamente ajustadas e democraticamente discutidas, de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades de cada ecossistema e de cada traço da cultura popular brasileira.

Assumir este nível de responsabilidade com o Brasil e com o mundo, estabelecer este tipo de alicerce e dar a esta atividade, frequentemente relegada a segundo plano, a visão de prioridade

estratégica do ponto de vista social, econômico e ambiental, foi a postura do Governo Itamar Franco e é do Governo Fernando Henrique Cardoso. O compromisso maior é construir a plataforma de lançamento da qual nosso país será alçado à posição de destaque que com justiça lhe pertence no contexto internacional.

ANEXO 1

Em data de 18 de outubro de 1994, o Exmo. Senhor Presidente da República, Itamar Franco, em despacho conjunto com os Exmos. Senhores Ministros de Estado Elcio Alvares, da Indústria, do Comércio e do Turismo e Henrique Brandão Cavalcanti, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, aprovou a Exposição de Motivos Interministerial nº 005, com o seguinte despacho: "Aprovo, face as informações da A.G.U.". A E.M.I. nº 005 foi publicada no D.O.U. de 25 de outubro de 1994.

Exposição de Motivos Interministerial nº 005

Brasília, 29 de setembro de 1994.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, a presente proposta para o estabelecimento de diretrizes visando a implantação de uma política nacional de ecoturismo.

2. A indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial; movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente e na última década expandiu suas atividades em 57%.

3. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor, o mercado turístico empregou 183 milhões de pessoas em 1991. Em 1994, é estimado um crescimento de 10,6%, ou seja, 204 milhões de empregos, correspondendo a um em cada nove trabalhadores do mundo.

4. No período de 1985 a 1993, apesar da recessão mundial, o número de turistas que empreendeu viagens internacionais passou de 380 para 500 milhões. A Organização Mundial de Turismo estima que esse número atingirá 661 milhões no ano 2000.

5. Excetuando o setor de transporte, os ganhos financeiros provenientes do turismo internacional passaram de US\$ 18 bilhões em 1970 para 324 em 1993. A Europa, de acordo com os dados disponíveis de 1992, detinha 52% dos ingressos, seguida pelas Américas, com 27%; pelo Extremo Oriente e Pacífico;

com 16%; e pela África, Oriente Médio e outras regiões da Ásia, com a percentagem restante.

6. Verifica-se, assim, que o turismo se impôs nos últimos anos como um recurso comercial de expressiva importância, disputando com o petróleo a primazia do mercado mundial.

7. O turismo como uma atividade econômica sofre, também, inovações constantes, em face da competitividade dos mercados e das exigências da demanda. Em vista disso, as empresas de turismo estão a caminho da especialização, deixando de ser generalistas, e passando a oferecer produtos segmentados, destinados a uma clientela específica. Nessa diversificação, são colocadas à disposição dos turistas diversas opções, como o turismo cultural; o esotérico; o da maior idade; o esportivo; o de negócios; o náutico; e o ecoturismo, entre outros.

8. O ecoturismo configura-se no momento uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação. No conjunto global do turismo o ecoturismo é o segmento que apresenta maiores índices de crescimento, resultando no incremento de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos.

9. A conscientização da sociedade, relativamente às questões ambientais, tem contribuído para o crescimento dessa demanda. De fato, a forte percepção mundial acerca da necessidade urgente de proteção e recuperação dos recursos naturais, originária, principalmente, da disseminação dos movimentos conservacionistas empreendidos por grupos ambientalistas, forças políticas e meios de comunicação, tem influenciado a escolha dos destinos.

10. Entretanto, a oferta de destinos ecoturísticos depende, essencialmente, da existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural, da maneira como essas áreas são geridas, da existência de infra-estruturas adequadas e da disponibilidade de recursos humanos capacitados.

11. Os Estados Unidos, Quênia, Ruanda, Nepal e Equador são exemplos de alguns países que oferecem destinos adequados, atraindo fluxo considerável de ecoturistas. Os Estados Unidos, com o sistema de parques nacional, considerado a maior rede de atração turística natural do mundo, receberam mais de 270 milhões de visitantes em 1989. Já os parques estaduais atraem mais de 500 milhões de visitantes por ano.

12. Na América Latina, onde o ecoturismo começa a despontar, a atividade se reveste de extrema importância para os esforços nacionais de promoção do desenvolvimento econômico e social. O aproveitamento racional dos variados ecossistemas existentes, ainda pouco explorados, propiciará a abertura de

novas alternativas econômicas e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações diretamente envolvidas, além de reduzir alguns dos impactos negativos causados pelo turismo tradicional, devido ao perfil e às expectativas dos visitantes, que normalmente viajam em pequenos grupos, em comparação com o turismo de massa.

13. Senhor Presidente, a macro-tendência do turismo mundial aponta para um aumento significativo da procura por destinos ecoturísticos, e o Brasil é um dos alvos mais evidentes para esse mercado. Para atender a essa demanda especializada, há que se ordenar a atividade, mediante o estabelecimento de diretrizes para a implementação de uma política nacional de ecoturismo que defina as ações para os setores envolvidos, objetivando a melhoria de infra-estrutura, informações, incentivos e capacitação de recursos humanos.

14. No âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar o ecoturismo ocorreu em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época.

15. Todavia, tanto os esforços governamentais quanto os privados foram insuficientes para ultrapassar as barreiras, até hoje existentes, entre a teoria - principalmente em relação aos modelos nacionais - e a prática do ecoturismo. Entre essas barreiras pontificam a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento e a falta de critérios, regulamentação e incentivos, que orientem empresários, investidores e o próprio governo para o estímulo e exploração do potencial das belezas naturais e valores culturais, ao tempo em que promova a sua conservação.

16. Em conseqüência, o ecoturismo praticado no Brasil é impulsionado, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

17. A inexistência de ordenamento da atividade de ecoturismo provoca, a princípio, danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade. Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais não comporta, muitas vezes, um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por sua vez, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na

topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais concernentes à flora e fauna.

18. O alijamento das populações locais também configura outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com o comportamento local, ocasionando conflito de culturas.

19. Por outro lado, os benefícios econômicos e sociais do ecoturismo para o País são significativos, principalmente para áreas mais pobres e remotas, propiciando a geração de empregos, a indução à instalação de micros e pequenos negócios, e a diversificação da economia regional. Propicia, ainda, a fixação da população no interior e o melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicações e de saneamento nas localidades consideradas destinos ecoturísticos. E, fundamentalmente, o ecoturismo propiciará uma alternativa para financiar a proteção dos recursos naturais e culturais e a administração das áreas protegidas.

20. Dessa forma, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transporte, a adoção de parâmetros para implantação da infra-estrutura; e o respeito e a valorização da cultura local são condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico da atividade no País.

21. O Brasil, com uma superfície de dimensão continental, que abrange desde regiões equatoriais ao Norte até áreas extratropicais ao Sul, diferenciadas climática e geomorfologicamente, abriga uma extraordinária diversidade biológica, distribuída entre diferentes ecossistemas, como a floresta amazônica, o cerrado, a mata-atlântica, a caatinga, o pantanal mato-grossense, os manguezais e as zonas costeiras e insulares.

22. O sistema de áreas protegidas é o principal mecanismo de proteção da excepcional diversidade biológica, dos endemismos, das estruturas geológicas de relevante significado e da considerável riqueza paisagística do Brasil. Cerca de 3,9% do território nacional estão sob a proteção federal na forma de diferentes categorias, compreendendo 35 Parques Nacionais; 23 Reservas Biológicas; 21 Estações Ecológicas; 16 Áreas de Proteção Ambiental; 9 Reservas Extrativistas e 39 Florestas Nacionais. Há, ainda, as Reservas Particulares de Patrimônio Natural - RPPN's, que são áreas de conservação em propriedades privadas para as quais existe uma legislação federal específica.

23. É justamente em algumas dessas áreas protegidas, em especial nos Parques Nacionais, estaduais e municipais, nas

Florestas Nacionais, nas Áreas de Proteção Ambiental - APA's onde se opera o ecoturismo, pois são o primeiro destino ecoturístico procurado pelos fluxos nacionais e internacionais.

24. O conjunto de unidades de conservação sob jurisdição federal, à exceção das reservas biológicas e estações ecológicas, onde não se pratica o ecoturismo, devido à fragilidade desses ecossistemas, somado às áreas protegidas estaduais e municipais, e às propriedades particulares adaptadas para fins turísticos oferece, juntamente com a rica diversidade cultural, condições para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. Porém, a deficiência de pessoal em número e qualificação; a falta de regularização fundiária das áreas de uso indireto; e a inadequada infra-estrutura das unidades de conservação exigem ações imediatas do Poder Público para que essas unidades cumpram o importante papel ecológico e social.

25. Em vista do exposto, Senhor Presidente, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal elaboraram estudos no sentido de promover o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no Brasil. Nas diversas fases dos trabalhos realizados houve participação de outros setores do Governo Federal e de segmentos representativos da iniciativa privada e de organizações não-governamentais.

26. O resultado desses estudos, é submetido, na oportunidade, à apreciação de Vossa Excelência na forma de proposições de definição de ecoturismo, dos princípios a serem observados, das ações prioritárias a serem realizadas, da indicação dos articuladores e coordenadores dessas ações, objetivando a implantação de uma política nacional de ecoturismo.

27. Assim sendo, é proposta a conceituação do ecoturismo como "o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".

28. Deve ser ressaltado que essa conceituação procura contemplar a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, como a atividade de ecoturismo passa atualmente por uma transição de produto turístico para um conceito de viagem, foi observado que não deveria haver restrição ao conceito, de forma que os componentes da conceituação venham a ser absorvidos por outros segmentos ou atividades do turismo, que talvez hoje não sejam considerados ecoturísticos, mas cujo desenvolvimento deve ser incentivado.

29. A definição de uma política nacional de ecoturismo requer a observação à multiplicidade no trato das questões turísticas e ambientais, a participação efetiva das populações envolvidas e a compatibilização das políticas ambientais e turísticas nacionais e regionais. Dessa forma, os seguintes princípios devem nortear as ações governamentais e privadas a serem empreendidas:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação internacional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo; e
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

30. Com base nesses princípios, nove ações foram arroladas, conforme consta no Anexo I a esta Exposição de Motivos. As ações apresentam estratégias próprias de execução que, integradas, constituem um elenco de realizações prioritárias, cuja responsabilidade de implementação alcança diversos setores governamentais e o segmento do setor privado voltado ao ecoturismo, sem prejuízo da colaboração das organizações não governamentais e da comunidade diretamente envolvida.

31. O ecoturismo, por se tratar de uma atividade econômica e dinâmica, sobre a qual incidem múltiplos interesses, demanda ações interministeriais articuladas e coordenadas, dos poderes públicos, e a efetiva participação do setor privado no encaminhamento das decisões políticas e administrativas pertinentes ao segmento, incluindo, nesse contexto, as organizações não governamentais e as comunidades envolvidas.

32. Assim, caberá precipuamente ao governo estabelecer a normatização da atividade, incentivar e promover a capacitação de recursos humanos, melhorar e viabilizar a necessária infra-estrutura nas áreas de destino e adaptar os incentivos existentes, com o propósito de estimular a implantação de empreendimentos ecoturísticos.

33. As ações a serem empreendidas pelo governo, mediante a atuação de diversos órgãos setoriais, suas entidades subordinadas e vinculadas, deverão funcionar como indutoras dos investimentos privados, com vistas ao desenvolvimento do ecoturismo. Iniciativas similares, no âmbito dos governos estaduais e municipais, harmonizadas e integradas com as ações do Governo Federal, são fundamentais para estimular o ecoturismo regional.

34. O setor privado, por meio da atuação do empresariado, deve ser parte preponderante na conscientização do ecoturismo como instrumento de crescimento econômico, cabendo-lhe promover as medidas indispensáveis à qualidade dos serviços a serem prestados, além de, em resposta aos esforços do governo, contribuir para a melhoria da infra-estrutura e capacitação de recursos humanos.

35. A magnitude e a importância das ações previstas e a complexidade das interações necessárias à incorporação do ecoturismo como uma atividade capaz de gerar no País benefícios sócio-econômicos e de conservar o meio ambiente, pressupõem que a promoção das articulações interinstitucionais sejam centralizadas.

36. Assim sendo, sem prejuízo das atribuições e iniciativas dos demais órgãos setoriais federais, caberá ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, observadas suas competências legais, a função de articular as ações para a implantação de uma política nacional para o ecoturismo, dispondo, para tanto, das estruturas técnico-administrativas da EMBRATUR e do IBAMA.

37. Estas são, Senhor Presidente, as proposições que vimos submeter à consideração de Vossa Excelência, para seu exame e aprovação, se assim julgar adequado. Tais proposições traduzem o que as Pastas das quais somos titulares vêem como necessário para a implementação da política nacional do ecoturismo no Brasil.

Respeitosamente,

ELCIO ALVARES
Ministro de Estado da Indústria,
do Comércio e do Turismo

HENRIQUE BRANDÃO
CAVALCANTI
Ministro de Estado do
Meio Ambiente
e da Amazônia Legal

* O Anexo I referido no item 30 da Exposição de Motivos corresponde às ações de número 01 a 09, contidas no item IV - Objetivos, Ações e Estratégias desta publicação.

ANEXO 2.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 001,
DE 20 DE ABRIL DE 1994**

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, e O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992 e,

Considerando a importância do turismo ecológico como alternativa de desenvolvimento sustentável, gerador de expressivos benefícios sociais e ambientais para o Brasil.

RESOLVEM

Art. 1º - Instituir um Grupo de Trabalho Interministerial para desenvolver e propor uma política e um Programa Nacional de Ecoturismo.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por representantes do:

I - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, por intermédio da Secretaria de Turismo e Serviços e do Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR;

II - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, por intermédio da Secretaria de Coordenação de Assuntos da Amazônia Legal e do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Parágrafo único - As indicações e nomeações dos membros titulares e suplentes deste Grupo de Trabalho serão feitas por portarias do Ministério correspondente.

Art. 3º - O trabalho será coordenado pelos representantes dos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a serem indicados pelo respectivo Ministro na portaria de designação.

Art. 4º - O Grupo de Trabalho apresentará suas conclusões no prazo de 120 dias a partir de sua instalação.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELCIO ALVARES
Ministro de Estado da Indústria,
do Comércio e do Turismo

**HENRIQUE BRANDÃO
CAVALCANTI**
Ministro de Estado do
Meio Ambiente
e da Amazônia Legal

DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONOMICAS
COORDENADORIA DE ESTAGIOS E MONOGRAFIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

PARTE ESCRITA

1.1) CONTEUDO:

a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)
Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5!

b) Metodologia -
A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5!

c) Corpo do Trabalho -
O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5!

Item 1.1) Média (a+b+c/3) = $7 \times 5,0$ (peso) = 35

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5!

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5!

Item 1.2) Média (a+b/2) = $7 \times 2,0$ (peso) = 14

PARTE ORAL -

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. 10,5! x 3,0 (peso) = 21

A FINAL: 1) PARTE ESCRITA - item 1.1) = 35
- item 1.2) = 14

2) PARTE ORAL ----- = 21
Soma (Partes 1+2) = 70
Soma/10(Nota Final) = 7,0

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. ~~ADRIANO K. COELHO~~ Ass.
2. (Membro) Prof. ~~ALDO R. OLIVEIRA~~ Ass.
3. (Membro) Prof. ~~ETIENNE SILVA~~ Ass.

Nome do Aluno ADRIANO K. COELHO Data Defesa: 29.11.95

PARECER DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

BANCA RESSALTA QUE O ALUNO DEVEU, CONSIDERANDO A METODOLOGIA DE UM ESTUDO CIENTIFICO-CRITICO SOBRE O TEMA, AJUSTAR O TEXTO AS NORMAS TÉCNICAS.